

**The text that follows is a REPRINT**  
**O texto que segue é um REPRINT.**

Please cite as:

Favor citar como:

Fearnside, P.M. 2010. Sul do Pará: Posse da terra e a migração. pp. 217-219 In: I.S. Gorayeb (ed.). *Amazônia 2*. RM Graph, Jornal "O Liberal" & Vale, Belém, Pará, Brasil. 384 pp.

Originalmente publicado em *O Liberal*  
[Belém]. 02 de dez. de 2009.

ISBN: 978-85-61628-01-7

Copyright, "O Liberal"/VALE, Belém, Pará, Brasil

The original publication is available from:

A publicação original está disponível de:

"O Liberal"/VALE, Belém, Pará, Brasil

[Parte 3]

SUL DO PARÁ

# Posse da terra e a migração

A indústria da invasão, a migração crescente de maranhenses e os pagamentos por terras expropriadas, são problemas agravantes

Texto Philip Martin Fearnside

A compensação generosa de fazendeiros por terras expropriadas fez com que alguns fazendeiros com dificuldades econômicas ficassem ansiosos para ter as suas terras expropriadas para a reforma agrária. O INCRA, frequentemente, paga mais por hectare como indenização das “melhorias” (principalmente pastagem) do que as fazendas expropriadas valeriam se fossem vendidas no mercado livre (a corrupção é frequente no processo de fixar os valores das indenizações). Em alguns casos, condições favoráveis conduziram a uma forma de conspiração entre organizações de sem terras, fazendeiros e o Banco do Brasil. Um fazendeiro com grandes dívidas

pode convidar uma organização de sem terras para invadir a propriedade (ou, alternativamente, estabelecer um acampamento à margem da estrada na frente da propriedade sem invadir a mesma). Quando o INCRA desapropria a propriedade, a indenização permite o pagamento da dívida bancária, que é vantajoso para o banco por causa da alta probabilidade do fazendeiro deixar de honrar o empréstimo caso a invasão e expropriação não tivessem acontecido. Os sem terras tem o benefício de obter as terras com pouco risco de resistência violenta. Em termos ambientais, esta situação resulta em desmatamento adicional, já que a invasão quase sempre acontece na porção florestada das propriedades. A invasão de propriedades endividadas é aparentemente comum no Mato Grosso, mas na área de Marabá o INCRA estima que estes casos representem, aproximadamente, apenas 10% do total.

A compensação pela terra expropriada é geralmente paga na forma de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), que podem ser usados, no seu valor nominal, para pagar divi-

**A maioria dos migrantes é subsidiada por padrões urbanos**

das no Banco do Brasil. No mercado livre, estes títulos tradicionalmente são vendidos por apenas uma fração do valor nominal, e frequentemente são chamados de “títulos podres”. Desde 1996, no entanto, o governo federal tem privatizado uma série de grandes empresas estatais, e os consórcios (normalmente multinacionais) que compram estas empresas podem pagar por elas usando TDAs, no valor nominal. O resultado é que, no mercado secundário para TDAs, o valor subiu aos níveis mais altos da história. Isto fez com que seja especialmente atraente para fazendeiros terem as suas terras desapropriadas, incentivando a conspiração entre as organizações de migrantes sem terra e os donos de fazendas, conduzindo ao desmatamento mais rápido.

É considerável o número de áreas desmatadas e não utilizadas, principalmente aquelas de acesso facilitado pelos rios

JONNE RORIZ / AE

## INDÚSTRIA DE INVASÃO

Uma acusação frequente é a existência de uma “indústria de invasão”, na qual os migrantes recebem terras do INCRA, vendem as terras, e recebem terras novamente em outros assentamentos. Normalmente registram o segundo lote no nome de um cônjuge ou uma criança. Pelo menos teoricamente, o INCRA desqualifica os que são descobertos neste processo (uma ocorrência rara na prática). Funcionários do INCRA relatam que em alguns acampamentos, particularmente os organizados pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT), a maioria dos migrantes são subsidiados por padrões urbanos, tais como lojistas nas cidades vizinhas como Curionópolis e Parauapebas. Os migrantes passariam as terras para os seus patrões assim que eles recebessem as terras do INCRA. Parte desse problema poderia ser resolvido aplicando impostos pesados sobre vendas de terras, possivelmente junto com um aumento nas barreiras burocráticas para a transferência dos títulos de terra. A falta de um cadastro nacional adequado dos migrantes assentados impede medidas efetivas para acabar com a “indústria de invasão”.

OLIBERAL





# Crescimento da população flutuante e limites

A identificação efetiva de pessoas que já possuíam lotes é apenas uma parte do problema. Embora a solução desse problema aliviaria o governo da despesa infinita de assentar as mesmas pessoas repetidamente, o problema não termina aí. Uma população flutuante de migrantes sem terra que já são ilegíveis para assentamento existe e contribui para o nível crescente de conflito entre os pequenos proprietários já assentados e os invasores individuais. Esta população flutuante crescerá substancialmente se um sistema de cadastro melhorado não começar a funcionar. Também vale a pena notar que a suposição de que qualquer pessoa tem o direito a uma oportunidade de ser assentada em um projeto do INCRA representa uma questão em aberto. Por exemplo, se a proposta de alguns atores (como a Federação de Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI) para um zoneamento ecológico-econômico nesta parte do Pará for adotada, isto implica em um limite à quantidade de terra que será destinada à reforma agrária, e, portanto, um limite ao número de famílias que poderão ser assentadas na área. A mensagem aos migrantes que chegam depois que as áreas zoneadas para assentamentos já foram distribuídas como lotes, seria, então, que estes migrantes não teriam nenhum direito a receber um lote do INCRA na região.

## AUMENTO DE DEMANDAS

Uma das marcas características do MST é o papel central da ideologia: outras metas políticas são importantes ao movimento além de ganhar terras e ajudar os migrantes assentados nelas.<sup>(1)</sup> O MST é dividido em grupos que exigem expropriações adicionais para novos assentamentos e os que representam migrantes que já obtiveram terras e agora querem crédito, extensão agrícola e outros benefícios do governo.<sup>(2)</sup> Uma vez que a terra é obtida, os migrantes frequentemente trocam as suas demandas para crédito, estradas e assistência técnica. Esta transição pode conduzir para uma evolução de demandas ou para um fracionamento em grupos menores com ênfases diferentes; por exemplo, o projeto Palmares se dividiu no projeto Palmares I (menos ideológico) e os assentamentos de Palmares II (mais ideológico). Organizações diferentes adotam uma gama de orientações diferentes. Por exemplo, a FETAGRI focaliza nas necessidades de sustentar a agricultura para os que já foram assentados em uma parcela de terra.

É esperado que as famílias dêem um subsídio às invasões em fazendas privadas no caso dos assentamentos e acampamentos do MST. Isto é feito compartilhando a cota mensal de comida dada pelo INCRA até que o primeiro financiamento

## A dependência governamental tende a uma espiral infinita

da PRONAF chegue (obviamente, estas fontes de apoio governamental não são disponíveis aos ocupantes de terras privadas). Depois, é esperado que os agricultores nos assentamentos estabelecidos compartilhem com a organização parte da produção dos seus lotes. Isto cria um problema óbvio para um assentamento como Palmares II, que não tem produção agrícola suficiente para pagar o financiamento concedido. Por outro lado, o sistema do MST de financiar as suas atividades acrescenta um elemento importante de independência às fases iniciais das suas iniciativas de ocupação de terra. Em fases posteriores, aumenta a demanda por fontes de apoio governamental, assim como, frequentemente, também é o caso em assentamentos que não são do MST.

A dependência da ajuda governamental tende a se tornar uma espiral infinita de aumento contínuo de demandas, que, mais cedo ou mais tarde, deve parar. Um exemplo é fornecido pela antiga Fazenda Ba-

merindus, onde os colonos no assentamento Progresso que receberam lotes de 20 ha com cacau passaram a reivindicar dinheiro para pagar trabalhadores diaristas para podar as árvores de cacau para eles. Para colonos na maioria das áreas de assentamento, receber terra já com árvores de cacau saudáveis e em produção seria um sonho, ao invés de ser uma razão para queixas.

## FLUXOS DE MIGRAÇÃO

Migrantes novos chegam na região em um fluxo contínuo, especialmente os do Estado do Maranhão que chegam pela Estrada de Ferro de Carajás. O Maranhão é um estado conhecido pela pobreza extrema, crescimento populacional rápido e distribuição de posse da terra altamente concentrada. Os migrantes são expelidos do Maranhão por um padrão de desenvolvimento que continua aumentando a concentração de riqueza nas mãos de uma elite pequena, empobrecendo a maioria da população. De acordo com o INCRA, uma média de 100 famílias chega por semana de trem. Os funcionários do INCRA relatam que os governos municipais no Maranhão regularmente pagam a passagem de trem para exportar população.

**A Estrada de Ferro Carajás**, que é operada pela Vale, possui 5 estações, 10 paradas, 890 km e liga os municípios de São Luís, Santa Inês, Acailândia (Maranhão), Marabá e Parauapebas (Pará). A sua obstrução tem sido utilizada pelos sem terras como meio radical de chamar atenção, com reações amenas dos órgãos dos poderes públicos





Muitas terras do sul do Pará têm sido **desmatadas** para pastagens em áreas proibidas, inapropriadas, pedregosas, em encostas de morros e também em ecossistema de cerrado

INOCÊNCIO GORAYEB

## Grande fluxo migratório do Maranhão

A barreira básica contra a solução dos problemas de posse da terra no sul do Pará é o fluxo contínuo de migrantes. A grande maioria vem do Maranhão, embora alguns venham de outras áreas. Se o fluxo de população do Maranhão fosse paralisado por meio de melhorias na organização dos assentamentos na área de Marabá e as fronteiras fossem fechadas por meio do zoneamento, junto com esforços para fazer cumprir as restrições sobre instalação de assentamentos em áreas de floresta, as condições enfrentadas pelos migrantes que chegam de trem teriam que ser substancialmente piores do que as atuais para paralisar esse fluxo. Já que, atualmente, os migrantes enfrentam sofrimentos dramáticos, inclusive

risco significativo de serem mortos em conflitos violentos com os proprietários de terras; essa opção para desencorajar os migrantes em potencial é inaceitável.

A chegada contínua de população de sem terras é um aspecto da situação que é diferente do problema da grande reserva de migrantes não assentados no sul do Pará. A migração para a área é um problema que deve ser solucionado para conter a degradação social e ambiental na região. A provisão de serviço de passageiro desempenha um papel de relações públicas para a CVRD, que, compreensivelmente, quer mostrar que a companhia fornece benefícios sociais à região, e não somente explora o minério de ferro da mina de Carajás, a maior jazida de minério

### Os migrantes enfrentam sofrimentos dramáticos

de ferro, de alto teor, do mundo. Obviamente, o custo ambiental de facilitar o movimento de populações para áreas de floresta tropical não é enfatizado na propaganda da companhia.

A Estrada de Ferro de Carajás, concluída em 1984, foi financiada pelo Banco Mundial, a Comunidade Econômica Européia e o Banco de Importação-Exportação Japonês. Na ocasião, foi considerado um “modelo de progresso am-

biental”.<sup>(3)</sup> No entanto, a avaliação ambiental do Banco Mundial analisou apenas os impactos diretos, e a área de influência considerada foi limitada a uma faixa de 100 km ao longo da estrada de ferro, e uma área em volta da mina e do porto.<sup>(4)</sup>

Tradução abreviada e atualizada de Fearnside, P.M. 2001. Land-tenure issues as factors in environmental destruction in Brazilian Amazonia: The case of southern Pará. **World Development**, 29(8):1361-1372.

**Philip Martin Fearnside** é biólogo, mestre em Zoologia, doutor em Ciências Biológicas e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

### CAMINHOS PARA APROFUNDAMENTOS

■ <sup>1</sup> Silveira, V. 2000. MST encerra 40 congresso prometendo tomar o poder. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12/AGO/2000, p.5.

■ <sup>2</sup> Figueiredo, L. 2000. Mudança na base

orienta a nova ofensiva do MST. **Folha de São Paulo**, 07/MAI/2000, p.I-4.

■ <sup>3</sup> Goodland, R. 1985. Brazil's environmental progress in Amazonian development. In:

J. Hemming (Ed.). **Change in the Amazon Basin: man's impact on forests and rivers**. Manchester University Press, Manchester, Reino Unido. p.5 35.

■ <sup>4</sup> Fearnside, P.M. 1989. The charcoal of Carajás: Pig iron smelting threatens the forests of Brazil's Eastern Amazon Region. **Ambio** 18(2):141 143.

Citação:

Fearnside, P.M. 2009. Sul do Pará: Posse da terra e a migração. pp. 217-219 In: I.S. Gorayeb (ed.). *Amazônia*. Jornal "O Liberal"/VALE, Belém, Pará.

Também publicado em *O Liberal* [Belém]. 02 de dez. de 2009.